



11/12
4

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE

QUADRIÉNIO 2021-25

ATA NÚMERO SETE

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sala Novas Oportunidades, a Assembleia de Freguesia de Cernache para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

Ponto dois – Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;

Ponto três – Discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2022;

Ponto quatro – Relatório do Estatuto do Direito de Oposição (conhecimento).

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia e Vítor Tenente, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram ainda presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues, José Campos e Isabel Caldeira;
- pelo Partido Socialista (PS) – Marta Ferro;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Marco Rodrigues.

Também estiveram presentes o Presidente da Junta de Freguesia (PJF), Vítor Carvalho, e o secretário, António Lopes.

Rui Apóstolo, após saudar o público presente, fez saber que PMA e PJF tentaram realizar a reunião no mês de abril, mas atendendo ao período de festas e outros eventos tal não foi possível.

De seguida, o PMA felicitou a Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Milagres de 2023 quer pelo excelente trabalho e dinamismo criado, quer pelo envolvimento na parte

h 7 12 2

religiosa; destacou o sucesso alcançado pela jovem Vitória Tenente na área do futebol feminino; e louvou o envolvimento e a dinâmica de trabalho do grupo de jovens da Feteira nas Jornadas Mundiais da Juventude.

No ponto um da ordem de trabalhos, Informações, o PMA leu a Informação do PJF à AF das atividades mais salientes desde a última reunião da AF e deu a conhecer a Situação Financeira.

Antes de passar à leitura das atas das reuniões anteriores, o PMA fez uma brevíssima explanação sobre o interesse, ou não, da leitura da ata em reunião de AF e, tendo em consideração o agilização dos trabalhos das reuniões, comprometeu-se repensar o interesse do envio do rascunho da ata aos membros da AF, previamente à reunião.

Foi lida e aprovada, por maioria, com sete votos a favor, e duas abstenções (Isabel Caldeira e José Campos, por não terem estado presentes na reunião anterior), a ata da reunião número cinco.

De seguida, foi lida e aprovada, por maioria, com oito votos a favor, e uma abstenção (Isabel Caldeira, por não ter estado presente na reunião anterior), a ata da reunião número seis.

Marco Rodrigues solicitou a palavra e leu um pedido de esclarecimento escrito ao executivo da Junta de Freguesia (JF), relativamente à Oficina de Música da JF de Cernache, que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante. Esclareceu que este pedido escrito se deve ao facto de o assunto já ter sido abordado em diferentes reuniões e não haver transparência nas informações prestadas aos fregueses. Resumidamente, Marco Rodrigues questiona o contrato/acordo de cedência do espaço, os custos de manutenção, o valor do retorno nos eventos e a existência de bolsa de estudos para potenciais alunos carenciados.

O PMA reforçou a necessidade de resposta a este pedido de esclarecimento, dado que ele já foi solicitado, por diversas vezes, em anteriores reuniões de AF.

José Campos interveio para apresentar que é seu entendimento que o rascunho da ata deveria ser entregue com a convocatória da reunião para agilização das reuniões.

Isabel Correia informou que não dava para o PMA ter enviado os rascunhos das atas em aprovação nesta reunião, nessa data, porque esta ainda não os tinha concluído.

Rui Apóstolo fez notar que a leitura da ata para as pessoas presentes na reunião de AF é importante porque permite que estas tomem conhecimento dos assuntos tratados na reunião anterior.

h Tib EF

Marco Rodrigues alegou que se as atas forem, atempadamente, afixadas, as pessoas podem ler as atas no site da JF e deu a sugestão do rascunho da ata ser enviado juntamente com a convocatória da reunião para análise e posterior alteração/aprovação em reunião.

José Campos, relativamente à data da reunião, deu a saber que era seu entendimento que esta podia ter sido realizada em abril, designadamente, no dia vinte e oito de abril, e que a realização de festas na freguesia não devia ter inviabilizado o cumprimento do estabelecido na lei e concluiu esta intervenção fazendo a observação de que já foram várias as reuniões que se realizaram fora do período estipulado na legislação.

O PMA respondeu que enviou os documentos, via correio eletrónico, a tempo de ser elaborada a convocatória e realizar a reunião no dia vinte e oito de abril, mas que também entendeu que tendo solicitado essa tarefa em cima da hora, não era necessário colocar pressão no executivo, até porque a discussão dos assuntos a tratar nesta reunião, numa data posterior ao estipulado na lei, não acarretava qualquer prejuízo para aquele órgão. Afirmou assumir essa responsabilidade, mas fez saber que a elaboração das convocatórias não é da sua incumbência, uma vez que não tem os meios para tal, tendo que se socorrer dos meios do executivo da JF.

No ponto dois, intitulado “Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais”, o PMA salientou o facto de o documento estar perçetível e perguntou aos eleitos se algum ponto lhes tinha suscitado dúvidas.

Vítor Tenente questionou a razão por que as datas de aquisição dos bens são de janeiro de dois mil, à exceção das carrinhas que são de dois mil e dezasseis, mil novecentos e noventa e dois e dois mil e sete; salientou que não consta do relatório o equipamento eletrónico do portão do cemitério, uma omissão já referida há um ano atrás por ser, talvez, uma das coisas mais valiosas; e fez constatar que no inventário anterior havia cadeiras de rodas danificadas que não constam deste inventário, não se dando a saber se foram para abate ou se simplesmente desapareceram.

Marta Ferro assinalou a incorreção no valor da carrinha Nissan Cabstar, que neste documento tem o valor de aquisição de 20 000 EUR e no documento das contas da gerências tem o valor de 21 050 EUR, e o facto da data de aquisição da mesma, um de janeiro de dois mil e dezasseis, também não estar correta. Fez notar que, embora considere que os quadros estejam melhores que os do inventário anterior, há espaços para colocar observações que não estão preenchidos e essa informação é útil, tais como a data de aquisição e o motivo de abate. Uma vez mais, alertou para a necessária supervisão da redação dos documentos antes de os facultar aos elementos da AF.

n
T
R
P

Isabel Correia fez notar que, na apresentação deste documento, devia ter sido dada uma explicação pelo executivo dos motivos subjacentes à mudança para este novo modelo de inventário e deste modo evitarem-se as imediatas críticas e questões sobre o descrito no documento. Considera que há uma grande diferença em relação ao documento do ano anterior, que o atual tem uma leitura mais fácil, mas gostava de perceber a fundamentação da opção tomada pelo executivo para que certos bens/equipamentos não constem do inventário.

Após esta intervenção o PMA passou a palavra ao PJF para esclarecimento das questões anteriormente levantadas.

Victor Carvalho informou que é um contabilista público que está a elaborar o inventário e que há muito material que não consta do atual inventário, porque de acordo com o estabelecido na lei só devem constar aqueles que tenham um valor superior a 100 EUR. Quanto à questão levantada por Marta Ferro sobre o valor da carrinha, admitiu tratar-se de uma incorreção e que o valor é, como referido, de 21 050 EUR.

Após repetidos reparos de Vítor Tenente e Marta Ferro sobre valor, data de aquisição e descrição dos bens, o PJF voltou a afirmar que o inventário foi elaborado pelo contabilista público de acordo com o estabelecido na lei, e que se necessário, pode solicitar a presença deste profissional numa reunião de AF para dar as explicações que entenderem necessárias, mas que o inventário vem a reunião deste órgão apenas para ser apreciado e nada mais.

Vítor Tenente fez notar o facto de ser dado a apreciar à AF um documento que contém erros.

Isabel Correia alertou para a descrição do bem – terreno rústico no valor de 9 070 EUR que, no seu entender, conferindo com documentos anteriores, será um terreno urbano.

O PJF alertou que em mandatos anteriores houve um conjunto de terrenos baldios que foram registados nas finanças em nome da JF, e que este executivo está a procurar localizar/identificar, razão pela qual o documento refere que as matrizes estão em atualização. Citou, como exemplo, um prédio no Cimo do Olival que é dos escuteiros, mas continua inscrito como sendo da JF e para o qual já foi solicitada a devida atualização às finanças, mas que até ao momento ainda não foi efetivada, revelando-se por isso um processo moroso. Deu, ainda, os exemplos dos terrenos dos Penedos e da Relva que passaram a parque de estacionamento e a parque infantil, respetivamente. Informou que tiveram conhecimento de ter três terrenos dentro do empreendimento das instalações fotovoltaicas e estar inventariado um terreno na serra de Janeanes e este já não pertencer à JF. Transmitiu que o executivo anda a averiguar a localização de um conjunto de mais de trinta terrenos, alguns do ano de mil novecentos e trinta e sete, sendo que há um terreno que está inventariado na Moita Santa, mas

h Tite
que sabem não existir e, por isso, dizer-se no documento que estão em avaliação as matrizes inscritas nas finanças. Quanto ao reparo anterior de Isabel Correia sobre o terreno no valor de 9 070 EUR, Vítor Carvalho confirmou ser um terreno urbano em Vila Nova, que é da Associação dos Caçadores, uma casa registada na Conservatória em nome da JF.

O PMA propôs ao PJF a retificação deste documento e a submissão desse novo documento a posterior apreciação da AF.

Marta Ferro deu a saber que a sua apreciação ao documento é negativa, atendendo às incorreções, lapsos e falta de dados no documento. Entende ser necessária uma supervisão aos documentos por parte do executivo e que ela mesmo, uma vez que o PJF não lhe sabe dar essa explicação, irá averiguar se, em termos legais, a data de aquisição inserida nos bens elencados pode ser considerada correta.

Em resposta à apreciação de Marta Ferro, o PJF retorquiu confiar no contabilista público e voltou a afirmar que à AF apenas compete apreciar o documento.

Marco Rodrigues solicitou ao PJF que o executivo se comprometesse com a AF para a correção das datas de aquisição, das matrículas dos veículos e dos valores e apelou ao bom senso para as retificações solicitadas, pois a lei não recomenda omissões ou erros.

Vítor Carvalho respondeu ter que fazer o que a lei diz, mas que não sabia se tinha que constar no documento as matrículas dos veículos.

Isabel Correia comentou ser difícil fazer uma apreciação quando verifica que a serigrafia de Mário Silva, anteriormente, valia 20 EUR e a de Abel Santos 200 EUR e nesta nova versão de inventário passaram ambas a valer 300 EUR.

O PJF respondeu a Isabel Correia que a serigrafia de Mário Silva, se calhar, até vale mais.

O PMA perguntou ao PJF se a AF podia contar com o seu compromisso na revisão do documento e entrega a todos os eleitos para nova apreciação. O PJF respondeu que se comprometia a conversar com o técnico para saber se o documento está conforme a lei e só se este lhe disser que não está é que terá que repor o que diz a lei.

De seguida, o PMA passou ao ponto três – Discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2022, e começou por esclareceu os presentes na reunião de que este documento é composto por outros documentos, sendo os mesmos apreciados como um todo – o relatório de atividades, os documentos de conta e gerência e o anexo de quadros de receitas e despesas, – e enunciou os pontos que constam do relatório de atividades.

h
11/2
21

Marta Ferro solicitou a palavra e começou por referir que, mais uma vez, entende que alguém do executivo da JF, antes de colocar os documentos que manda elaborar para apreciação/votação da AF, deve ser mais rigoroso na sua revisão e fez os seguintes reparos:

- na página três, no quadro de apresentação da constituição do executivo da JF, não consta o nome do secretário, António Lopes;
- na página cinco, no ponto – obras realizadas, é referida a construção de passeios na rua Ponde Sôr que, no seu entender, devia constar no ponto da delegação de competências;
- na página seis, sobre manutenção de vias e espaços públicos, continua a ser seu entendimento que a frequência é baixa, exigindo-se um mapeamento mais intensivo para uma volta mais atempada e uma contratação de trabalhos com maior antecedência e questionou se esta limpeza é realizada por contratação externa;

O PJF esclareceu que nas limpezas há grande dificuldade em contratar empresas para essas tarefas devido à falta de pessoal, nomeadamente, falta de pessoal a nível interno.

Isabel Caldeira apoiou a ideia de que é difícil manter as ervas cortadas/suster o seu crescimento até pelo facto de não ser permitida a aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Marta Ferro deu o exemplo de Miranda do Corvo, onde nota que a limpeza é melhor que a que se faz na freguesia de Cernache e o PJF sugeriu-lhe que conversasse com os presidentes de junta do seu partido, pertencentes à Câmara de Coimbra e depois conversasse com ele e salientou que nalguns sítios são as câmaras que fazem as limpezas e que estas têm mais poder que as JF.

Marta Ferro continuou com a sua apreciação e questionamento ao documento em análise e sugeriu que na página oito, no ponto sobre educação, onde é referido que foram apoiadas as atividades das escolas “nomeadamente com o fornecimento de material de higiene, expediente e telefone”, fosse reformulada esta frase, atendendo a que o apoio que aqui é elencado não diz respeito a atividades e nem são atividades apoiadas nas escolas, ou seja, dever-se-ia retirar o termo “nomeadamente”.

Sobre este reparou, o PJF respondeu que há o dinheiro que vem da Câmara para limpeza e pequenos arranjos e uma parte do orçamento da JF é para material de higiene e limpeza.

Marta Ferro, ainda no ponto que trata da educação, fez um reparo à frase “Apesar das competências da Junta na área da educação serem muito reduzidas é, no entanto, uma área que continua a merecer a particular atenção por parte do Executivo da Junta” pois, no seu entender, esta é uma frase que vem sendo repetida nos relatórios de atividades e, sendo este um relatório de atividades, esta frase não lhe diz nada, é apenas política. Marta ferro disse que

h T. 12 4

gostaria de saber onde é que este apoio se reflete à semelhança do que é feito noutros pontos deste relatório, em que são enumeradas as atividades realizadas e deu como exemplo, as atividades realizadas no Museu Moinho das Lapas e na promoção e divulgação da freguesia.

O PJF respondeu que apoiam as associações de pais quando estes lhes solicitam esse apoio e Marta Ferro quis saber no que consistia esse apoio, uma vez que não estão descritas nos documentos as atividades realizadas.

O PJF respondeu que há atividades que o executivo entende não ser necessária uma descrição exaustiva de tudo o que a JF faz, até porque algumas delas são questões de pormenor e nem são da sua competência. Citou, como exemplo, o empréstimo de uma carrinha para uma atividade da associação de pais e a dispensa de uma funcionária da JF. Explicou que o relatório de atividades tem a ver com dinheiro e que não coloca o empréstimo da carrinha porque não trás dinheiro.

Marta Ferro fez notar que de um valor de mais de 9 000 EUR que foram disponibilizados para o efeito, o executivo utilizou 232 EUR, sobrando mais de 8 000 EUR, o que considera insuficiente.

O PJF esclareceu que não foi esse o gasto que fez no âmbito da educação e que a informação redigida no relatório de atividades apresentado à AF é diferente das contas que são apresentadas à Câmara, ou seja, à Câmara debita o valor cobrado à hora ao trabalho de manutenções executado pelos funcionários da JF. Disponibilizou-se a facultar os dados a este respeito em sede de JF, e nesta ordem de ideias, informou que, durante cerca de quatro ou cinco dias, andaram dois funcionários da JF a colocar uma rede no CAIC, ao abrigo do acordo intermunicipal para pequenas obras e reparações.

Marco Rodrigues questionou como é que em termos de tribunal de contas se justifica este excedente e o PJF respondeu que este dinheiro não foi gasto e transita para o próximo ano.

Marco Rodrigues concluiu que se em termos líquidos existe dinheiro, então pode-se fazer mais nas escolas com esse dinheiro.

Marta Ferro repetiu que é essa opinião que tem vindo a defender, se há dinheiro tem que se fazer mais.

Tendo o PJF respondido a Marta Ferro que se investe na educação, esta deu o exemplo da falta de investimento, há anos, na Escola da Feteira, a qual necessita que os rolinhos das cortinas sejam substituídos, e em vez disso têm-se feito reparações sucessivas. Neste enquadramento, perguntou ao PJF se este estaria disponível para colaborar com as

h Tibz

associações de pais, caso estas lhe apresentassem a necessidade de uma aquisição no valor do excedente, mais de 8 000 EUR.

O PJF perguntou a Marta Ferro se alguma vez tinha falhado com alguma associação de pais e esta respondeu que falhou quando lhe solicitou a troca dos rolinhos na Escola da Feteira. Em resposta a esta afirmação o PJF declarou que nessa altura não havia os protocolos que agora existem.

Marcos Rodrigues salientou ao membro da associação de pais presente na sala, Manuel Dias, que existem 8 000 EUR destinados à educação, mas o PJF disse que isso não é verdade porque, como tinha explicado anteriormente, esse dinheiro consta no relatório de contas da gerência, mas ele foi usado para pagar os funcionários da JF que andaram a fazer as reparações. Acrescentou ainda que se a AF disser que os próximos a fazer os trabalhos são empresas privadas, então os 9 000 EUR desaparecem num instante e não se faz mais nada.

Marco Rodrigues questionou o PJF para como justifica a saída de dinheiro dos 8 000 EUR de excedente da rubrica e o PJF respondeu que o valor sobranete nem chega a 5 000 EUR; tratando-se de um valor fictício, este vai continuar para o próximo ano e no próximo documento até terá lá mais dinheiro.

Neste enquadramento, o PJF informou que já quis comprar recuperadores de calor e ar condicionado e a Câmara não autorizou e, Marco Rodrigues fez notar que, tendo em consideração a construção do Centro Educativo, faz sentido a Câmara não querer fazer esse investimento.

Marta ferro prosseguiu com a sua apreciação ao relatório de atividades e apontou que, no seu entender, o que é referido na página treze, no ponto sobre desenvolvimento sócio-económico, designadamente a repavimentação de vários arruamentos não encaixam neste tópico e que há que dizer quais são as ambições da JF neste âmbito e que foram reivindicadas junto das entidades oficiais, porque os fregueses e a AF gostaria de as conhecer. Tendo em consideração a afirmação que consta na conclusão do documento de que foram apresentadas “as atividades mais relevantes realizadas pelo executivo da JF de Cernache”, Marta Ferro concluiu a sua intervenção salientando que os pormenores também deviam ser elencados neste documento.

Sobre o relatório em apreço, Isabel Correia disse que gostaria de saber se, aquando da consulta prévia, no âmbito da audição do direito depositor, algumas das propostas apresentadas pelos partidos e movimento independente representados nesta AF foi acolhida e realizada, pois seria interessante saber quais as atividades realizadas e que foram sugestão da oposição.

h Tibz

O PJF respondeu a Isabel Correia que algumas propostas apresentadas pela oposição estavam a ser executadas, mas que este relatório era relativo ao ano passado.

Sobre o apoio às coletividades, Isabel Correia, tendo em consideração o valor de 21 209,22 EUR no documento do “Controlo Orçamental da Despesa” para apoio às atividades sociais e culturais da freguesia, salientou o facto de esses apoios carecerem de regulamento; e de no ponto sobre solidariedade e ação social ser referido o empréstimo de cadeiras de rodas, camas e colchões ortopédicos, mas este material não constar do inventário de bens, pelo que seria bom ter-se a ideia da quantidade desse material para também analisar até que ponto a JF devia investir neste domínio, uma vez que temos uma população envelhecida e doente.

A omissão de material no inventário gerou discussão e Isabel Caldeira salientou que esses dados constam do inventário anterior e se foram eliminados pela lei, há que perguntar se esse material ainda existe; Vítor Tenente questionou como se pode emprestar algo que não está inventariado; Marco Rodrigues referiu poder não haver a obrigação de integrar um inventário oficial, mas em termos de património da JF ter que haver o registo desse material enquanto não for declarado para abate; e Marta Ferro salientou o facto de já antes se ter dito que havendo saldo da gerência ele tem que ser bem aplicado e para isso haver necessidade de saber o que existe para se proporem aquisições.

Relativamente à ação da Comissão Social da Freguesia, Vítor Tenente quis saber a razão por que apenas foi executada uma taxa de cinquenta e um por cento e o PJF respondeu que foi porque houve menos pessoas a recorrerem a este apoio, mas que em contrapartida, em dois mil e vinte, a taxa de execução foi de noventa e seis, vírgula seis por cento, tendo sido a terceira freguesia com maior taxa de execução, esta justificada pela COVID-19.

Neste enquadramento, o PJF esclareceu que o Fundo Social de Emergência visa apoiar situações imprevistas e que não se trata de um apoio a pessoas carenciadas; e que a Comissão Social não se pode confundir com a JF; a JF é uma entidade que detém a presidência dessa comissão e faz parte da Comissão Social juntamente com outras sete entidades e que, em situações de aprovação de medidas, apenas tem um voto.

Vítor Tenente questionou se o facto de ter havido menos pessoas a recorrer a este apoio pode ter sido por desconhecimento deste organismo e o PJF respondeu que para além da JF, estas pessoas são informadas desta comissão quando recorrem à Câmara, à Cáritas e à Segurança Social.

Isabel Correia propôs que fosse sugerida à Comissão Social uma maior divulgação desta estrutura, mas o PJF respondeu que a divulgação é feita pelos parceiros (Câmara, GNR,

h
f
d

Cáritas, Segurança Social, Ana Jovem, CLDS e uma associação de Cernache que é o fiel depositário do fundo) e que as pessoas têm conhecimento da existência desta comissão.

Relativamente a recursos humanos, Vítor Tenente questionou o PJF sobre a informação do número de funcionários da JF e o tipo de contrato – 1 técnico superior, dois assistentes operacionais e uma auxiliar de serviços gerais, todos com contrato indeterminado e o PJF respondeu que eram apenas três funcionários – o técnico superior, Marco, e dois assistentes operacionais, Fernando e Joana, esta como motorista e apenas o Fernando com contrato por tempo indeterminado. Em síntese, a JF apenas tem no quadro permanente dois funcionários, o Marco e o Fernando.

Marta Ferro quis saber quem escreveu o documento e se este também não tinha sido supervisionado e que achava que o contrato para motorista era de dois anos. O PJF respondeu confiar em quem escreve, mas confirmou que se tratava de um erro e que os contratos são renováveis por três anos.

Marta Ferro lamentou o facto das pessoas de Cernache se contentarem com esta atuação da JF e estarem tão caladinhas e Isabel Caldeira respondeu que falavam quando tinham que falar e que Marta Ferro não devia falar sobre a atuação delas, porque as mesmas também não se pronunciavam sobre a atuação de Marta Ferro.

O PMA colocou em apreciação pela AF a segunda parte do documento, as Contas de Gerência, e Vítor Tenente começou por questionar, na página treze, o valor de 503, 25 EUR da receita de novembro que, comparada com os outros meses, é muitíssimo mais baixa e o PJF respondeu que se ficou a dever ao facto da DGAL não ter feito transferência nessa data.

Marta Ferro comentou o facto de na página dezanove ser dito que foi realizada uma despesa corrente que representa uma taxa de execução de sessenta por cento e isto, no seu entender, revelar falta de investimento na freguesia.

O PJF respondeu que as obras que eram para ter sido feitas, não vieram da Câmara e, por essa razão, passaram ao ano seguinte, e que no tempo do PS as obras andavam com três anos de atraso e eram entregues em vésperas de eleições, enquanto agora o atraso é apenas de um ano.

Sobre o valor da receita líquida de 6 000 EUR na rubrica Edifícios, na página vinte e seis, Vítor Tenente pediu que lhe fosse explicado o que isso representa porque a previsão era de 8 400 EUR e tinha a ideia de que a receita anual do Posto Médico era de 6 000 EUR, havendo assim um valor de 2 400 EUR por pagar.

O PJ respondeu que devia representar o Posto Médico e o Bar e salientou que podia aí haver algum atraso ou ter passado para o ano seguinte o pagamento, mas que o valor que

h
ite
d

consta do documento é o que entrou, ou seja, 6 000 EUR e que só perguntando à contabilista e olhando as faturas poderia informar se se trata de um atraso do Posto Médico ou do Bar, no valor do 2 400 EUR.

Sobre o controlo orçamental da despesa, Marta Ferro quis saber a razão por que consta na rubrica do cemitério a implementação do percurso pedestre “Rota das Quelhas e Cortelhas” e o PJF respondeu que não sabia, mas que devia ter sido um erro da contabilista que fazia este trabalho para a JF. Após uma breve reflexão considerou-se que devia ser apenas uma falha de formatação a negrito dos números e tratar-se de uma outra rubrica, diferente da do cemitério.

Foram aprovados, por maioria, com cinco votos a favor (PPD/PSD e CDU), e quatro abstenções (PS e SC), o Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2022.

Marco Rodrigues aprovou com declaração de voto que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante. Resumidamente, é dito que o PSD tem uma postura de construção e elevação da freguesia e que a aprovação das contas de 2022 apresentadas pelo executivo visa garantir a governabilidade e o melhor interesse dos fregueses.

De seguida, o PMA passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos, intitulado “Relatório do Estatuto do Direito de Oposição (conhecimento)” que ao colocá-lo em discussão foi corrigido por Marta Ferro e pelo PJF de que era só para conhecimento e Isabel Correia disse não saber porquê, uma vez que a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, no artigo décimo, ponto três, refere que “Ao pedido de qualquer dos titulares (...) podem os respectivos relatório e resposta ser objecto de discussão pública na correspondente assembleia”.

Isabel Correia disse constatar que o relatório é igual ao do ano anterior, informa pouco e cita muito a legislação. Sugeriu que onde é mencionado que os partidos foram ouvidos também devia ser referido o movimento independente “Somos Coimbra”. Salientou que na página dois, no ponto três, alínea a), é referido que “Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição na respetiva ata todas as declarações apresentadas nas diversas reuniões” e questionou o que se quer dizer exatamente com esta afirmação e onde foram tornadas públicas as atas. Disse ainda que gostaria de saber quais foram as propostas apresentadas pelos diferentes representantes dos partidos e movimento “Somos Coimbra” porque, não sendo feita essa divulgação, a própria, fazendo parte da AF, mas não sendo indicada pelo movimento para ser ouvida no âmbito do direito depositor e sim o senhor Manuel Dias, desconhece as propostas apresentadas e sabe apenas que o senhor Victor Carvalho, nessas reuniões, argumenta que não há dinheiro, embora as pessoas pensem que sim. Em síntese, considera que não há evidências sobre estes momentos de diálogo com quem o PJF dialoga, para depois perceber na informação que é facultada em todas as reuniões aos elementos da AF se nela consta

L. T. M. 9

alguma atividade que tenha sido apresentada pela oposição. Por fim, deu como sugestão de correção a especificação da reunião em que foi aprovado em reunião de vinte e oito de março de dois mil e vinte e três o citado relatório.

Sobre esta omissão, o PJF respondeu que foi em reunião de executivo e Isabel Correia respondeu que foi o que supôs, mas que também poderia ter sido em reunião havida com os diferentes partidos e movimento independente.

Marco Rodrigues sugeriu a Isabel Correia para pedir ao Manuel Dias para o acompanhar nestas reuniões do direito de oposição e Isabel Correia respondeu que não o faria, uma vez que o Movimento nomeia Manuel Dias e não a ela para essas reuniões.

De seguida, o PMA passou a palavra às pessoas presentes nesta reunião.

Paulo Lopes após uma breve alusão ao sucesso das festas de Cernache, discursou sobre a forma como as pessoas se devem posicionar nos diferentes espaços de intervenção, sendo seu entendimento que não se devem posicionar de forma distinta nos diferentes órgãos em que atuam, e fez a distinção entre eleito da assembleia e o lugar no direito de oposição. Nesta ordem de ideias, revelou a sua estranheza pelo facto do líder parlamentar da bancada da CDU na assembleia municipal estar contra o investimento de 440 000 EUR nos Coldplay, e em Cernache, o executivo CDU andar há anos a investir na Oficina de Música de Cernache e não causar estranheza o investimento que é realizado em água, instalações, luz e infraestruturas e, por isso, revelou não entender esta dualidade de critérios. Disse ainda, que sempre que fez parte das AF a sua preocupação foi procurar construir, e ainda que nem sempre concordasse com tudo, também não era obrigado a discordar de tudo, e que tem notado neste mandato que há falta de objetividade nas intervenções dos membros da AF e nas respostas do executivo e criticou aquilo que parecem ser posturas de ataque. Sobre a portaria que obriga o executivo a elaborar o Cadastro de Inventariação de Bens do Estado (CIBE), esclareceu que esta refere bens materiais relevantes e não refere o valor de 100 EUR e que a relevância atribuída aos bens depende do técnico que elabora o inventário. Considera que está a haver uma preocupação excessiva com estes temas técnicos e ainda que a legalidade seja um assunto importante, faltam questões que no passado foram feitas, como o querer saber porque foi realizada uma obra num lugar e não noutro, porque se optou por uma material e não por outro porque o custo diferença é X; isso é o bem da freguesia e é justo perguntar, ao contrário do que aconteceu nesta reunião em que não percebeu quais eram os problemas da freguesia e que devemos debater. Considera que continua-se a debater a atribuição e a divulgação dos Fundos de Emergência Municipal, mas se calhar não é missão da JF divulgar, mas ter público e disponibilizar essa informação. Todavia, revelou que no seu entender houve um tema

interessante que foi aqui levantado e que se prende com os 21 000 EUR para apoio a associações, pois havendo três associações, ranchos e marchas, faz sentido criar um regulamento.

O PJF perguntou a Paulo Lopes se sabia por que não havia um regulamento e este disse saber/ter a sua opinião e suspeitar que metade das pessoas não iria receber qualquer apoio e que por isso é que lhe interessa o regulamento.

O PJF fez saber que com o regulamento as festas não iriam receber apoios e Paulo Lopes disse estar de acordo que as festas não iriam receber, mas que também haveria uma série de secções que iriam deixar de receber apoio.

O PJF confirmou esta afirmação de Paulo Lopes e acrescentou que depois de haver um regulamento as pessoas já não iriam querer o regulamento.

Paulo Lopes respondeu que teria de haver uma questão de igualdade de critérios; a JF não tem que dar tudo em bens, mas poderia dar em géneros, isenção de taxas, entre outras coisas e que em vez da atribuição de 300 EUR, e já que se tinha falado em festas, no caso da festa da Telhadela, teria preferido a atuação da Oficina de Música de Cernache, mas teve o azar de coincidir com o período de férias desta organização. Em síntese, considera que falta trazer massa crítica para aquilo que se está a fazer.

O PMA fez notar a Paulo Lopes que qualquer outra pessoa podia ter dito o que acabara de dizer, mas ele, que é assíduo às reuniões de AF, o não devia fazer, pois esses temas têm sido abordados.

De seguida, o PMA passou a palavra a Manuel Dias que começou por esclarecer que não pertence a nenhum partido e é simplesmente um apoiante do Movimento Somos Coimbra e que no âmbito da audição do estatuto do direito de oposição foi convidado pelo citado movimento a ouvir o PJF relativamente ao seu programa e ao seu orçamento, e foi isso que fez e depois transmitiu a quem o convidou para esse efeito. Naturalmente que também gosta de dar algumas sugestões ao programa e ao que se propõe, e foi também o que fez por sua iniciativa. Apoia este tipo de movimentos, estas iniciativas em prol da freguesia e da comunidade em que se insere, gosta de participar, mas com algum distanciamento dos partidos porque gosta de defender as ideias que tem, ainda que por vezes sejam coincidentes com as ideias dos partidos. Enquanto presidente da Associação de Pais da EB1 de Casconha, fez saber que esta escola irá fechar e que provavelmente vai juntar-se à EB1 de Feteira e que, provavelmente, em dezembro, se fará a mudança para o Centro Educativo de Cernache. Salientou que em tempos criticou as verbas atribuídas para apoio às escolas, que sabe que essas verbas não são para apoio às atividades, mas que sempre que a associação de pais

h Af p

solicitou apoios ao executivo para diferentes iniciativas tiveram esse apoio e deu como exemplo as barraquinhas para o final do ano letivo, o apoio da carrinha no desfile de Carnaval, e a associação ao concurso da Eco-Mascote. Referiu que durante algum tempo, houve necessidades urgentes nas escolas, designadamente a questão da água potável, a adaptação das casas de banho, a colocação de rede, e que talvez por incompatibilidades entre os órgãos autárquicos não se realizavam, mas que a situação entretanto foi resolvida e fizeram-se as reparações/manutenções necessárias. Quanto à EB1 da Feteira considera que podia lá ter sido investido algum dinheiro, mas não tendo ocorrido, espera que venha a acontecer porque é um bem público da freguesia e não deverá passar-se com esta escola o mesmo que se passou com outras escolas desactivadas. E por isso, tendo em consideração a demora que existe nos contratos de comodato, recordou a sugestão dada na última reunião de AF – envolver a população a dar ideias para a utilização a dar às escolas de Vila Pouca, Casconha e Feteira e não ficar à espera que estas se degradem e caiam. Sobre as limpezas, considera que é natural que não se consiga chegar a tudo porque a freguesia é grande, mas há sítios que são críticos e se há uma estrada onde a JF tem que atuar urgentemente é na estrada de Vila Pouca que está extremamente perigosa.

O PJF informou que a limpeza dessa estrada já está programada e vai avançar.

Nuno Rodrigues apresentou que em alternativa à citada estrada há a estrada do Cimo do Olival que é larga, não tem tantas curvas e está limpa.

Manuel Dias prosseguiu com a sua exposição solicitando, uma vez mais, a intervenção já sugerida por Isabel Correia para o rebaixamento dos passeios junto à rotunda entre o CAIC e o Moleirinho porque quem vier em cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé não conseguirá ultrapassar a barreira do lancil. Alertou, também, para a falta de limpeza e de segurança das paragens dos autocarros e para a sua necessária manutenção. E por fim, recordou o tema do parque fotovoltaico que, supostamente, está para nascer no Loureiro; que sendo adepto das energias renováveis, não concorda com este tipo de parque e defende outro tipo de soluções, distribuídas, autoconsumo e que é um tema que devia preocupar a freguesia porque irá destruir muita coisa e é preciso assegurar a conservação das cortelhas e caminhos centenários e o que irá acontecer aquele parque daqui a vinte e cinco anos, nomeadamente, o que será feito ao equipamento quando já não estiver operacional.

O PJF informou que nesse dia tinha tido uma reunião com a técnica da nova empresa e colocaram a questão da preservação das quelhas e cortelhas, estando previsto pela empresa promotora da obra a preservação de trinta e oito cortelhas, preservar o caminho, fazer mesas e bancos e construir um miradouro com baloiço panorâmico, bem como tentar preservar o bufo

real e a raposa. Tendo o executivo percebido que alguns dos terrenos na zona desta futura instalação são da JF, está prevista uma permuta de cinco mil metros de terreno para a empresa por outro de onze mil metros junto à população para a JF, estando ainda por definir se será junto à Telhadela ou à Feteira.

Marco Ferreira interveio para marcar uma opinião diferente de Manuel Dias. Para este, estando os matos e as matas desorganizadas, o perigo florestal que existe junto das povoações de Casa Telhada, Feteira, Telhadela e Loureiro é grande e aquele empreendimento vem permitir que aquele sítio não esteja tão vulnerável a incêndios. Informou que a empresa fez uma reunião no Loureiro e nela comprometeram-se a fazer caminhos florestais contra incêndios e a preservar as quelhas e as cortelhas. Lembrou que é do conhecimento das pessoas que a JF fez um abaixo-assinado em todos os lugares da freguesia contra a instalação dos painéis e que esta teve uma opinião contra por não haver um estudo de impacto ambiental, mas que a adesão no abaixo-assinado sido reduzida e os proprietários venderam os terrenos à empresa. Continua a defender que o parque fotovoltaico foi uma boa solução, é um bom investimento e concorda com Manuel Dias de que é necessário haver um compromisso sobre o que vai ser feito àquele equipamento no final dos vinte e cinco anos.

Antes de se dar por terminada a reunião, foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos secretários e presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário

Isabel Maria Eufásio Correia
(Isabel Maria Eufásio Correia)

2.º Secretário

Vitor Manuel Guiné Tenente
(Vitor Manuel Guiné Tenente)

O Presidente

Rui António Seguro Apóstolo
(Rui António Seguro Apóstolo)

Pedido de Informação

O Partido Social Democrata vem solicitar por escrito ao executivo da Junta de Freguesia as seguintes informações e/ou dados:

1. Contrato programa ou acordo de cedência do espaço onde está localizada a Oficina de Música da Freguesia de Cernache;
2. Custos relativos ao ano de 2022 suportados pela Junta de Freguesia para a manutenção da Oficina de Música de Cernache;
3. Valor do Retorno Efetivo discriminado por evento para a Freguesia de Cernache para o ano de 2022;
4. Ação social efetuada através da Oficina de Música de Cernache nomeadamente a existência de Bolsa de Estudo para potenciais aluno carenciados.

A solicitação dos dados/informações deve-se à necessidade de existir transparência nas informações e contas prestadas aos fregueses.

Cernache, 05 de maio de 2023



Marco Rodrigues

Eleito pelo PPD/PSD

Junta de Freguesia de Cernache

De: Isabel Correia <isabelmecorreia@gmail.com>
Enviado: 8 de maio de 2023 08:10
Para: Junta de Freguesia de Cernache
Cc: Marco Paulo Vila Lobos Ferreira Rodrigues; assembleia-freguesia@freguesiadecernache.pt
Assunto: Pedido de Informação - PPD/PSD
Anexos: Pedido Informação - PPD-PSD.pdf

Ex.mo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cernache
Sr. Victor Carvalho

Conforme solicitado por Marco Rodrigues, eleito pelo PPD/PSD, segue em anexo, o pedido de informação por este apresentado na reunião de assembleia de freguesia no passado dia 5 de maio.

Respeitosos cumprimentos,

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Cernache,
Isabel Correia



FREGUESIA DE CERNACHE
Município de Coimbra

Junta de Freguesia de Cernache
Rua do Moinho das Lapas
3040-850 Cernache

Ao Partido Social Democrata
Ao cuidado do Sr. Marco Rodrigues

Assunto: Oficina de Música da Junta de Freguesia de Cernache

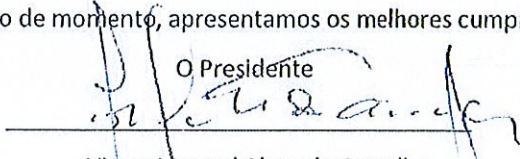
Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento das questões colocadas pelo Eleito pelo PPD/PSD na Assembleia de Freguesia, Sr. Marco Rodrigues, vimos por este meio responder às mesmas, bem como, enviar os documentos solicitados, entre outros:

1. A cedência do espaço está protocolada, conforme documento em anexo;
2. A sala cedida em Protocolo não tem ligação à rede geral, sendo fornecida luz pelo quadro elétrico da Sede da Junta de Freguesia, não sendo por isso, possível, quantificar os gastos, o mesmo acontece com as casas de banho. A higiene e limpeza das instalações está a cargo do segundo outorgante;
3. O valor de retorno efetivo encontra-se discriminado no relatório de atividades de 2022, da Oficina de Música que enviamos em anexo;
4. O Protocolo refere existência de bolsas de estudo para alunos carenciados bem como o relatório em anexo, da Oficina de Música da Junta de Freguesia de Cernache;

Finalmente, este Executivo continua a entender que o ensino musical se reveste de enorme importância para o desenvolvimento cultural e social dos cidadãos, promovendo o acesso à educação musical pelos residentes na Freguesia. Entendemos, ainda, que esta foi a ligação possível face às circunstâncias, mas sem dúvida com enorme ganho para a Freguesia de Cernache, quer internamente (com espetáculos gratuitos e acesso à educação musical), quer externamente, vendo o seu nome divulgado e projetado pelos quatro cantos do país, com custo muito reduzidos para a Freguesia.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os melhores cumprimentos,

O Presidente


Victor Manuel Alves de Carvalho

Cláusula 2ª

Deveres da Junta de Freguesia de Cernache

Para atingir os fins deste Protocolo, o Primeiro Outorgante disponibiliza uma sala para serem lecionadas aulas de ensino musical, em diversos instrumentos.

Cláusula 3ª

Deveres de Rui Luís Martinho Pinto

Compromete-se designadamente a:

- 1) Garantir a formação musical, ensino de instrumentos musicais, realização de eventos culturais ligados à música, como o "Festival de Jovens Talentos", de forma a proporcionar o desenvolvimento artístico e cultural na Freguesia de Cernache em colaboração com a Junta de Freguesia;
- 2) Utilizar o nome e o brasão da Junta de Freguesia de Cernache nos suportes gráficos de divulgação de projetos e atividades de modo a promover a Freguesia e seu nome;
- 3) Realizar o equivalente a um espetáculo de dois em dois meses, gratuitos, a favor da Junta de Freguesia de Cernache;
- 4) A ter, pelo menos, dois alunos carenciados com aulas gratuitas ou a custo controlado, de acordo com a posse dos mesmos;
- 5) Compromete-se a formar/criar um grupo de cavaquinhos para jovens e adultos e ainda uma orquestra juvenil que ficará, gratuitamente, ao dispor da Junta de Freguesia, desde que haja disponibilidade por parte de todos os membros, incluindo encarregados de educação;

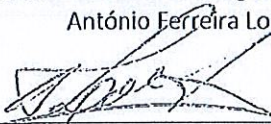
Cláusula 4ª

O presente protocolo de cooperação tem a duração de um ano, renovável automaticamente por períodos de igual duração, desde que nenhuma das partes o denuncie, por carta registada, no período de trinta dias que antecedem a sua renovação.

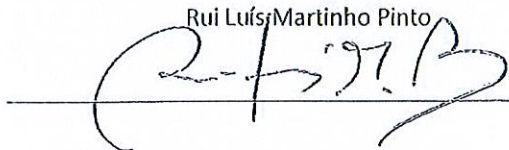
Feito dois exemplares aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito.

O Presidente da Junta de Freguesia de Cernache

António Ferreira Lopes



Rui Luís Martinho Pinto





Concertos, Festivais e outras atividades realizadas no âmbito de oferta à Junta de Freguesia de Cernache ou realização da JFC em 2022

1. Dia 5 de março, Museu Moinho das Lapas: Orquestra Hilaris, 15.30h, Concerto de abertura de ano pós confinamento
2. Dia 26 de março, III Festival de Música Tradicional e Popular no Jardim do Museu Moinho das Lapas, 15.30h: Cavaquinhos Cantares à Solta, Cavaquinhos de Merelim, Braga e Cavaquinhos da Aposenior Tiro Liro.
3. Dia 25 de abril, 11h: Junta de freguesia de Cernache com Orquestra Hilaris.
4. Dia 25 de abril, 16h: Festa da S. Milagres, Cernache, Palco JFC.
5. Dia 7 maio: ROTA DAS CAPELAS da Freguesia, 15.30h, com Orquestra Hilaris.
6. Dia 14 de maio: ROTA DAS CAPELAS da Freguesia, 15.30h, com Orquestra Hilaris
7. Dia 21 de maio: ROTA DAS CAPELAS da Freguesia, 15.30h, com Orquestra Hilaris
8. Dia 28 de maio: ROTA DAS CAPELAS da Freguesia, 15.30h, com Orquestra Hilaris
9. Dia 11 de junho, Museu Moinho das Lapas: Festival de Jovens Talentos da Freguesia de Cernache, 15.30h com Alunos da Oficina de Música e outros.
10. Dia 12 de Junho Festival dos Ranchos no palco da JFC. Organização do Rancho Típico de Vila Nova.
11. 10 de setembro, II Festival de Cavaquinhos da Junta de Freguesia de Sto. António dos Olivais. Convite via JFC.
12. Dia 1 de Outubro, sábado, Dia Mundial da Música: Concerto da Oficina de Música.
13. Dia 12 de novembro: 1ra. Feira da S. Martinho, organização da JFC.
14. Dia 10 de dezembro, a partir das 10h Orquestra Hilaris: "Rota dos doces e outros sabores em Cernache" (miniconcertos nas pastelarias e restaurantes de Cernache)
15. Dia 10 de dezembro a partir das 18.30h: Orquestra e grupo de cavaquinhos: Mercadinho de Natal. Organização JFC.

OUTROS:

ESPETACULOS/CONCERTOS DE CARATER DE SOLIDARIEDADE E ANIMAÇÃO SOCIAL:

1. Dia 2 de janeiro de 2022, grupo der cavaquinhos: Lar do Centro Social de S. João.
2. Dia 18 de fevereiro de 2022, grupo de cavaquinhos: Centro Social e animação Sénior de Lourosa.
3. Dia 21 de abril de 2022, grupo de cavaquinhos: Lar do Centro Social de S. João.
4. Dia 12 de maio de 2022, quinta-feira, grupo de cavaquinhos, Lar de Pombal, Santiago de Litem.
5. Dia 22 de junho de 2022, grupo de cavaquinhos: Caritas do Ingote, S. Pedro.
6. Dia 16 de outubro de 2022, grupo de cavaquinhos: Quinta das Lágrimas, Associação Cavalo Azul.
7. Dia 29 de outubro de 2022, Grupo de Cavaquinhos: Concerto de solidariedade (angariação de fundos para o arranjo da capela do Monte Formoso em Coimbra).
8. Dia 8 de novembro, grupo de cavaquinhos: Lar do Centro Social de S. João.
9. Dia 18 de dezembro de 2022, Grupo de cavaquinhos: Lar Naturidade, Penela
10. Dia 21 de dezembro de 2022, grupo de cavaquinhos: Serviços Continuados da Avenida Fernão Magalhães.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,

Caros membros da mesa da Assembleia de Freguesia,

Colegas membros da Assembleia de Freguesia,

Caros Fregueses,

O Partido Social Democrata tem tido a postura de construção e elevação da nossa Freguesia, não entrando nunca em discursos demagogos, nem em perigosos extremismos relativamente a temas fraturantes tais como, aprovação de orçamento, regulamento e taxas, apoios ao associativismo.

Sendo a sua intenção proceder à aprovação das contas apresentadas pelo executivo da Junta de Freguesia de Cernache, relativas ao ano de 2022, sempre com o pressuposto de garantir a governabilidade da nossa freguesia e no melhor dos interesses dos seus fregueses.


Cernache, 5 de Maio de 2023

Maria de Fátima Antunes Ventura

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia de Freguesia

Venho comunicar a V. Exa a minha ausência da próxima Assembleia de Freguesia, por me encontrar a gozar o período de férias, pelo que solicito a minha substituição pela Senhora Maria Isabel Caldeira.

Com os meus melhores cumprimentos,

Maria de Fátima Antunes Ventura

Junta de Freguesia de Cernache

De: Junta de Freguesia de Cernache <geral@freguesiadecernache.eu>
Enviado: 3 de maio de 2023 12:12
Para: 'assembleia-freguesia@freguesiadecernache.pt'
Assunto: Substituição de Membro de Assembleia de Freguesia- Reunião de 5 de maio
Anexos: PedidoSubstituição.pdf

Exmo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Cernache,

Relativamente ao assunto supra, a Senhora Maria de Fátima Antunes Ventura solicitou-nos que lhe enviasse pedido de substituição, na próxima Assembleia de Freguesia, a ter lugar a 5 de maio de 2023.

Sem outro assunto de momento, apresento os melhores cumprimentos,

Victor Carvalho – Freguesia de Cernache

Junta de Freguesia de Cernache

De: Junta de Freguesia de Cernache <geral@freguesiadecernache.eu>
Enviado: 3 de maio de 2023 12:13
Para: 'Rui Seguro'
Assunto: Substituição de Membro de Assembleia de Freguesia- Reunião de 5 de maio
Anexos: PedidoSubstituição.pdf

Exmo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Cernache,

Relativamente ao assunto supra, a Senhora Maria de Fátima Antunes Ventura solicitou-nos que lhe enviásse pedido de substituição, na próxima Assembleia de Freguesia, a ter lugar a 5 de maio de 2023.

Sem outro assunto de momento, apresento os melhores cumprimentos,

Victor Carvalho – Freguesia de Cernache

José António Ferreira Amado

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia de Freguesia

Venho informar V. Exa que não poderei estar presente na próxima Assembleia de Freguesia, por me encontrar ausente, pelo que solicito a respetiva substituição.

Com os meus melhores cumprimentos,



José António Ferreira Amado

Catarina de Oliveira Barradas

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia de Freguesia

Venho informar V. Exa que não poderei estar presente na próxima Assembleia de Freguesia, por me encontrar ausente, pelo que solicito a respetiva substituição.

Com os meus melhores cumprimentos,

Catarina de Oliveira Barradas

Catarina de Oliveira Barradas